



## Sobre os “vendavais”: história, memória e a efígie de Costa e Silva (Taquari/RS, 1976-2016)

About the "gales": history, memory and the Costa e Silva's effigy (Taquari/RS, 1976-2016)

**Márcia Solange Volkmer**

Doutora em História  
UNIVATES (Lajeado – RS)  
marcia.volkmer@univates.br

**Jandiro Adriano Koch**

Graduando em História  
UNIVATES (Lajeado – RS)  
jandirokoch@gmail.com

**Recebido em:** 18/04/2017

**Aprovado em:** 20/09/2017

**RESUMO:** No final de 2014, o busto do ex-presidente Arthur da Costa e Silva foi removido da Lagoa Armênia, em Taquari/RS, sua cidade natal, gerando uma série de reações, muitas delas registradas pela imprensa. O presente trabalho tem como objetivo, a partir das fontes bibliográficas e jornalísticas, analisar os processos de produção de sentidos e usos do monumento. Mapeiam-se as motivações para a sua instalação, em 1976, bem como para a sua remoção, para refletir sobre o impasse entre aqueles que, *a posteriori*, defenderam a retirada e aqueles que a condenaram como ataque à memória e ao patrimônio locais. Sugere-se, a partir da análise da dicotomia instaurada, escapar de leituras maniqueístas. Apresenta-se a alternativa de ver no monumento um instrumento pedagógico pelo qual se possa vislumbrar a relevância da democracia e da liberdade.

**PALAVRAS-CHAVE:** Ditadura Civil-Militar, Memória, Costa e Silva.

**ABSTRACT:** At the end of 2014, ex-president Arthur da Costa e Silva's bust had been removed from Armênia Lagoon, in his hometown, Taquari/RS, generating a series of reactions, many of them registered by the press. The current work has the goal to analyse the processes of production of senses and uses of the monument, based on bibliographic and journalistic sources. The motivations for its installation in 1976, as well as its removal, are mapped down, as to consider about the impasse between those who, *a posteriori*, defended the withdrawal and those who condemned it as an attack to the local memory and heritage. It is suggested, from the analyses of the established dichotomy, to escape from Manichaeic readings. It is presented the alternative of seeing the monument as a pedagogical instrument from which to glimpse the relevance of democracy and freedom.

**KEYWORDS:** Civil-military dictatorship, Memory, Costa e Silva.



## AD-VENTO

À véspera da inauguração do busto em homenagem a Costa e Silva, em meados da década de 1970, o município de Taquari, no interior do Rio Grande do Sul, cidade natal do ex-presidente, foi atingido por um vendaval de grande monta do qual restou um rastro de destruição, muitos feridos e desabrigados. O temporal levou a municipalidade a adiar o ato inaugural em quase um mês. O aguaceiro parecia uma advertência. Um aviso. Um “sinal”, conservado o ceticismo de fato, das reverberações possíveis a partir daquela escolha, em 1976. Passadas algumas décadas, confirmando o (suposto) vaticínio, é viável pensar em termos de intempérie no processo que “derruba” a estátua e, novamente, atinge vários moradores - em defesa de memórias específicas.

Inicialmente, o artigo pretende dar conta de analisar o que a imprensa, especialmente a da cidade em questão, registrou logo após a retirada da efígie. Em seguida, retorna ao passado para identificar, na medida do possível, que interesses levaram à fixação do busto em um dos pontos turísticos mais conhecidos de Taquari, a Lagoa Armênia, e quais os personagens protagonistas de tal reconhecimento.

Com o panorama obtido a partir das notícias de jornal e, também, de fontes bibliográficas, relatadas as disputas políticas e ideológicas, o artigo passa a refletir, recorrendo a conceitos e perspectivas do campo patrimonial e antropológico, sem se eximir de observar as próprias limitações, consideradas as fontes utilizadas e as lacunas deixadas, para culminar na explanação sobre uma terceira via para encarar a manutenção de monumentos de um passado controverso (?) e não mais desejável (por quem?). A análise se insere em uma perspectiva que pretende mapear os sentidos e usos do passado, considerando a cultura como patrimônio. Reconhece-se que “o patrimônio cultural não se define como dado, mas como construção social e histórica e que se oferece à interpretação histórica”<sup>1</sup>.

O conceito de cultura histórica procura dar conta da relação efetiva e afetiva que um grupo mantém com seu passado. Não se restringe à historiografia, pois pretende abarcar os múltiplos agentes envolvidos com sua elaboração, os meios pelos quais se difunde, as representações que legitima e, também, sua recepção. O estudo da cultura histórica engloba, portanto, as várias formas de elaboração da experiência histórica e sua articulação com a vida de uma comunidade, considerando que agentes sociais diversos contribuem nessa elaboração e muitas vezes concorrem entre si.<sup>2</sup>

---

<sup>1</sup> KNAUSS, Paulo. Usos do passado e patrimônio cultural. In: REINHEIMER, Dalva e NEUMANN Rosane M. (org.). **Patrimônio histórico nas comunidades teuto-brasileiras: história, memória e preservação**. São Leopoldo: Oikos, 2014, p.16.

<sup>2</sup> GONTIJO, Rebeca. Sobre cultura histórica e usos do passado: a Independência do Brasil em questão. **Almanack**. Guarulhos, n.08, p.44-53, 2º semestre de 2014, p.45.



Abarca-se o campo das experiências e da relação com o passado, em uma imbricada teia que projeta as expectativas do futuro nas demandas do presente. Estuda-se “o modo concreto e peculiar com que uma sociedade se relaciona com o seu passado”<sup>3</sup>.

Assim, o patrimônio, longe de ser apenas uma construção acerca do passado, é também uma elaboração do presente, que se relaciona com o legado que se quer deixar para o futuro. Portanto, no objeto protegido pela sua condição de patrimônio cultural, há uma carga de tempo que o afirma pela sua historicidade, mas igualmente pelo seu valor extemporâneo, que se valoriza diante de qualquer tempo, para além de seu próprio tempo. Há um anacronismo produzido na proteção do bem histórico a partir da construção intelectual que o envolve.<sup>4</sup>

Nesse sentido, unem-se *história* e *memória* na produção de múltiplas narrativas, e na significação dos *lugares de memória* que para Nora supõem “a justaposição de duas ordens de realidades: uma realidade tangível e apreensível, às vezes material, às vezes menos, inscrita no espaço, no tempo, na linguagem, na tradição, e uma realidade puramente simbólica, portadora de uma história”.<sup>5</sup>

## O “TEMPORAL SIMBÓLICO”

No dia 16 de dezembro de 2014, o busto em homenagem ao presidente Costa e Silva foi “retirado” dos entornos da Lagoa Armênia, ponto turístico de Taquari, desencadeando uma série de reações. Optou-se por dar privilégio às matérias divulgadas pelo jornal *O Fato Novo* por se tratar de um periódico do mesmo município do ocorrido e, também, pela facilidade de acesso aos textos disponibilizados na internet<sup>6</sup>, para desvelar o fato e decorrências.

A imprensa trabalha, em seu discurso, de forma incessante com a “criação” de memórias sociais, ela transfigura-se em um lugar de memória, que pode (e deve) ser consultado, para se rememorar os “principais” acontecimentos de determinada sociedade em determinado espaço e tempo. Desse modo, em suas páginas estão elencados os fatos que foram “dignos” de serem lembrados, fora desse espaço há apenas o “esquecimento” que paira como uma nuvem sobre a sociedade. Quando se trata de uma memória coletiva, ou seja, quando tratamos de um acontecimento ao mesmo tempo singular e coletivo, usos e abusos da memória e da história são constantes. A mesma memória que irrompe é aquela que pode ser apagada, basta que perca sua “utilidade.” [...] A partir da conformação de um acontecimento na imprensa é possível, portanto, acessar as memórias que configuram essa dialética temporal entre o presente e o passado e,

<sup>3</sup> SÁNCHEZ MARCOS, Fernando. **Cultura Histórica**. Texto digital, 2009, p. 01. Disponível em: <[www.culturahistorica.es/sanchez\\_marcos/cultura\\_historica.pdf](http://www.culturahistorica.es/sanchez_marcos/cultura_historica.pdf)>. Acesso em: 28 fev. 2017.

<sup>4</sup> KNAUSS, Paulo. Usos do passado e patrimônio cultural. In: REINHEIMER, Dalva e NEUMANN Rosane M. (org.). **Patrimônio histórico nas comunidades teuto-brasileiras: história, memória e preservação**. São Leopoldo: Oikos, 2014, p.25.

<sup>5</sup> NORA, Pierre. **Les lieux de mémoire**. Paris: Quarto Gallimard, 1997, p.22-26.

<sup>6</sup> É importante registrar que há grande número de matérias produzidas por diversos meios de comunicação a partir do fato. Os jornais *Estado de São Paulo*, *Folha de São Paulo* e *Zero Hora* - entre outros muitos periódicos, sites e blogs - se manifestaram. Como essas matérias não foram objeto de análise no presente trabalho, ao menos a indicação de sua existência nos ajuda a comprovar a dimensão da repercussão.



desse modo, vasculhar nas lembranças que emergem no discurso memórias que permanecem e memórias que se transformam.<sup>7</sup>

Foram consideradas onze notícias, sendo que a primeira é de alguns meses antes do fato gerador, de 26 de setembro de 2014, quando a comunidade é convidada a admirar a estátua na área central da cidade: “Veja os monumentos da Lagoa Armênia e Praça da Bandeira”<sup>8</sup>. É interessante notar que são citados oito monumentos, dos quais cinco estão nas proximidades da Lagoa Armênia. São homenageados um escritor (Zeferino Brasil), o fundador da sede dos escoteiros em Taquari (Luiz Fernando Rodrigues), o pioneiro da apicultura racional no Brasil (Emílio Schenck), a Associação Sulina de Crédito e Assistência Rural (Ascar) e um presidente do país (Arthur da Costa e Silva). Os antropônimos são todos de filhos da terra. Costa e Silva foi reconhecido por um

[...] monumento [que] possui mais de dois metros de altura, sustentado por um quadrilátero de três degraus. Contém o brasão da república, busto do Presidente [...] e uma placa, onde está escrita a frase ‘Mil vezes o excesso de brio à inanição covarde’, assinada pelo presidente; e o escrito ‘Nesta Lagoa Armênia, na infância, organizou seu primeiro pelotão de meninos. Em hora difícil, o Presidente da República comandou com altruísmo o Brasil e o povo brasileiro’. O monumento foi inaugurado em 1976 e está situado próximo à Rua Osvaldo Aranha na Lagoa Armênia. Está, consideravelmente, bem conservado, mas necessita do conserto de um dos vértices do terceiro degrau<sup>7</sup>.

Importante ressaltar a existência de outro monumento em homenagem ao presidente na mesma área. Trata-se do Núcleo Residencial Presidente Arthur Costa e Silva, estrutura sem efígie erguida por ordem do governador Walter Peracchi Barcelos<sup>9</sup>, em nome do estado do Rio Grande do Sul.

Pouco tempo depois, em 16 de dezembro de 2014, é veiculada breve nota sobre a demolição da base de sustentação e a retirada do busto. A notícia é acompanhada por uma foto em que aparece uma retroescavadeira na operação. O fotógrafo prefere um ângulo a partir do qual se enxerga a efígie no chão, poucos metros distante da estrutura em demolição, com a face virada para os escombros, como se estivesse observando sua “derrocada”. Dois servidores municipais

<sup>7</sup> ROSSATTI, João Paulo. Resenha DIAS, André Bonsanto. O presente da memória: usos do passado e as (re)construções de identidade da Folha de São Paulo, entre o “golpe de 1964” e a “ditabranda”. Jundiaí: Paco Editorial, 2014. **Rev. CPC**, São Paulo, n. 21, p. 156-166, jan./jul. 2016, p.157-158.

<sup>8</sup> VEJA os monumentos da Lagoa da Armênia e Praça da Bandeira. *O Fato Novo*, Taquari, 26/09/2014. Disponível em: <[http://www.ofatonovo.com.br/noticias\\_detalhe.php?id=13934](http://www.ofatonovo.com.br/noticias_detalhe.php?id=13934)>. Acesso em: 28 out. 2016.

<sup>9</sup> Walter Peracchi Barcelos (1907-1936) fez carreira militar antes de se tornar governador do Rio Grande do Sul, entre 12/09/1966 e 14/03/1971, no período da Ditadura Civil-Militar. Não ter placa explicativa ou imagem que associe esse monumento ao presidente Costa e Silva pode ter ajudado a “salvá-lo”. Pode ser, ainda, que o alvoroço causado pela retirada do busto tenha impedido outras ações. É preciso considerar que há outros lugares de memória com o nome de Costa e Silva – como a Casa-Museu Costa e Silva – e o de seu pai, Aleixo Rocha da Silva, que foi homenageado com nome de uma rodovia.



acompanham os trabalhos: o secretário de Obras e o chefe da pasta de Esportes, Lazer, Cultura e Turismo, mas “não quiseram falar [...] sobre o assunto e não explicaram o motivo da retirada”<sup>10</sup>.

O tema merece maior espaço no dia 19 de dezembro, quando ocupa editorial e extensa matéria. A ordem para o ato teria partido do prefeito Emanuel Hassen de Jesus, conhecido como “Maneco”, sobre a atitude de quem se diz:

O prefeito não consultou ninguém, colocando abaixo um patrimônio público, investindo-se na condição de julgador da história, de detentor da verdade e desejo da população taquariense na medida em que decidiu sozinho pela retirada do monumento<sup>11</sup>.

De um lado, o prefeito teria alegado ter sido Costa e Silva um presidente não eleito pelo povo, um representante da Ditadura<sup>12</sup>. Quem escreve o editorial questiona a atitude de Maneco, interpretada como autoritária, afirmando que está marcada pela ausência de consulta popular e “maculada pela arbitrariedade”<sup>13</sup>. O incômodo é pautado em uma série de argumentos referentes à memória afetiva:

Faz parte da nossa [Taquari] história ter um filho da terra presidente da Nação, e isto é motivo de orgulho para a grande maioria. A derrubada do monumento, sem consulta, é um desrespeito ao sentimento dos taquarienses. Ninguém é dono dos sentimentos dos outros, e pode determinar de quem se deve ou não gostar e homenagear. O fato de Costa e Silva ter sido presidente, na época da ditadura, não torna o seu busto uma ameaça à democracia<sup>14</sup>.

O editorial segue afirmando que perceber o presidente apenas como um ditador é uma visão reducionista, ou seja, não dá conta da complexidade dele como ser humano. Já nessa matéria aparece nominada a Comissão Nacional da Verdade, constituída para “investigar os desmandos cometidos na época da ditadura, como o desaparecimento de presos políticos e casos de tortura”<sup>15</sup>. Todavia, é questionada a ciência e a responsabilidade de Costa e Silva sobre ações “praticada[s] em instâncias inferiores de poder”,<sup>9</sup> bem como os critérios que levam alguns a condenar a ditadura

---

<sup>10</sup>MONUMENTO a Costa e Silva é retirado da Lagoa Armênia. *O Fato Novo*, Taquari, 16/12/2014. Disponível em: <[http://www.ofatonovo.com.br/noticias\\_detalhe.php?id=14554](http://www.ofatonovo.com.br/noticias_detalhe.php?id=14554)>. Acesso em: 28 out. 2016.

<sup>11</sup>EDITORIAL: Busto de Costa e Silva. *O Fato Novo*, Taquari, 19/12/2014. Disponível em: <[http://www.ofatonovo.com.br/noticias\\_detalhe.php?id=14566](http://www.ofatonovo.com.br/noticias_detalhe.php?id=14566)>. Acesso em: 28 out. 2016.

<sup>12</sup> Apesar de se preferir a expressão “Ditadura Civil-Militar”, em consonância com os novos estudos sobre esse período da história brasileira, serão mantidas as palavras e termos utilizados pelo *O Fato Novo*, que utiliza “Ditadura Militar”, “Regime Militar” ou “Ditadura”, quando houver referência aos seus textos.

<sup>13</sup>EDITORIAL: Busto de Costa e Silva. *O Fato Novo*, Taquari, 19/12/2014. Disponível em: <[http://www.ofatonovo.com.br/noticias\\_detalhe.php?id=14566](http://www.ofatonovo.com.br/noticias_detalhe.php?id=14566)>. Acesso em: 28 out. 2016.

<sup>14</sup>\_\_\_\_\_. *O Fato Novo*, Taquari, 19/12/2014. Disponível em: <[http://www.ofatonovo.com.br/noticias\\_detalhe.php?id=14566](http://www.ofatonovo.com.br/noticias_detalhe.php?id=14566)>. Acesso em: 28 out. 2016.

<sup>15</sup>\_\_\_\_\_. *O Fato Novo*, Taquari, 19/12/2014. Disponível em: <[http://www.ofatonovo.com.br/noticias\\_detalhe.php?id=14566](http://www.ofatonovo.com.br/noticias_detalhe.php?id=14566)>. Acesso em: 28 out. 2016.



pós-1964, enquanto os mesmos relevam a de Getúlio Vargas. Apesar das críticas, há preocupação em se deixar claro que “[...] a democracia é um bem [...e que] temos que combater a ditadura”<sup>16</sup>.

A abordagem seguinte ao editorial traz algumas perspectivas de moradores. Diz um morador do Centro (31 anos): “Acho que é um pedaço da história que está indo para o espaço. Não discordo de tirarem daí, é uma parte feia da história, mas do jeito que foi, foi complicado. Poderiam ter retirado de maneira correta sem destruir”<sup>17</sup>. Uma comerciante aposentada (55 anos) teria considerado a forma autoritária, porque “ele foi um presidente”.<sup>11</sup> Também uma doméstica (46 anos) demonstra inconformidade: “Acho um absurdo o que está acontecendo na cidade. O busto é um memorial pra todos os taquarienses[...]. Acho uma pouca vergonha, tô muito triste com isto”<sup>18</sup>.

A notícia revela que o promotor de Justiça João Pedro Togni vai até a Casa Costa e Silva, para onde foi levado o busto, junto ao acervo do Museu. Conforme o jornal, Togni “instaurou [...] expedientes para apurar o ocorrido”<sup>19</sup>, por meio dos quais busca investigar possível dano ao patrimônio público “com remessa de fotocópia de todos os documentos para a Procuradoria dos Prefeitos para apurar a prática de crime previsto no artigo 163 do Código Penal, de dano qualificado”<sup>20</sup>. Na mesma matéria, conforme informações de Togni, se assinala que já existia Ação Civil Pública com a pretensão da reposição do busto, bem como estaria em fase de apuração se houve ou não improbidade administrativa por parte dos agentes públicos, conforme Lei. 8.429/92.

A Administração Municipal, por sua vez, envia comunicado por meio da Assessoria de Imprensa, em que informa ser de atribuição do Executivo a modificação em espaços públicos, e que o ato está justificado pelo relatório da Comissão da Verdade, em que “[...] restaram comprovadas as atrocidades cometidas no período da ditadura militar, especialmente naquele período conduzido por Costa e Silva. [...] Cidadãos de Taquari, inclusive, sofreram as mazelas daquele período”<sup>21</sup>.

---

<sup>16</sup> \_\_\_\_\_. *O Fato Novo*, Taquari, 19/12/2014. Disponível em: <[http://www.ofatonovo.com.br/noticias\\_detalhe.php?id=14566](http://www.ofatonovo.com.br/noticias_detalhe.php?id=14566)>. Acesso em: 28 out. 2016.

<sup>17</sup>POR ordem do prefeito, monumento do ex-presidente Costa e Silva é derrubado e retirado da Lagoa. *O Fato Novo*, Taquari, 19/12/2014. Disponível em: <[http://www.ofatonovo.com.br/noticias\\_detalhe.php?id=14595](http://www.ofatonovo.com.br/noticias_detalhe.php?id=14595)>. Acesso em: 28 out. 2016.

<sup>18</sup> \_\_\_\_\_. *O Fato Novo*, Taquari, 19/12/2014. Disponível em: <[http://www.ofatonovo.com.br/noticias\\_detalhe.php?id=14595](http://www.ofatonovo.com.br/noticias_detalhe.php?id=14595)>. Acesso em: 28 out. 2016.

<sup>19</sup> \_\_\_\_\_. *O Fato Novo*, Taquari, 19/12/2014. Disponível em: <[http://www.ofatonovo.com.br/noticias\\_detalhe.php?id=14595](http://www.ofatonovo.com.br/noticias_detalhe.php?id=14595)>. Acesso em: 28 out. 2016.

<sup>20</sup> \_\_\_\_\_. *O Fato Novo*, Taquari, 19/12/2014. Disponível em: <[http://www.ofatonovo.com.br/noticias\\_detalhe.php?id=14595](http://www.ofatonovo.com.br/noticias_detalhe.php?id=14595)>. Acesso em: 28 out. 2016.

<sup>21</sup> \_\_\_\_\_. *O Fato Novo*, Taquari, 19/12/2014. Disponível em: <[http://www.ofatonovo.com.br/noticias\\_detalhe.php?id=14595](http://www.ofatonovo.com.br/noticias_detalhe.php?id=14595)>. Acesso em: 28 out. 2016.



Enquanto o Poder Executivo ratifica a ação e a justificava, a opinião do Legislativo aparece através da manifestação dos vereadores. O presidente da Câmara, Ademir Bica Fagundes (PDT), mostra-se desconfortável com a falta de consulta aos representantes do povo, o que acredita ser conduta prévia inadequada. Ao mesmo tempo, emite opinião: “Eu não achei bom, é da história do município”<sup>22</sup>. O líder da oposição, João Batista Pereira, informa articulação com o Ministério Público para providências cabíveis, entendendo que não poderia ter sido feita a alteração sem a consulta aos edis. Outros são parcimoniosos, embora deixem claro que não veem a maneira como ideal. “Acho que não foi uma coisa ilegal. De repente, a forma como tiraram”<sup>23</sup>, alega Rejane Porto, do PT, mesmo partido do prefeito. Paulo Garcia enfatiza que “pra tudo precisa o diálogo”<sup>24</sup>.

Ainda, é arrolada a manifestação de Lina da Costa e Silva, nora de Costa e Silva, que lamenta: “Isto não se justifica”<sup>25</sup>. Essa manifestação encerra as considerações de um conjunto eclético: moradores, políticos, jornalistas, representante do Judiciário e familiar. Todavia, é preciso ter presente que, numericamente, esse extrato é ínfimo, além de que, com pouca margem de erro, é possível vislumbrar a preferência do periódico em registrar vozes quase uníssonas no desconforto com a retirada do busto.

A atitude do prefeito continua em debate entre os representantes políticos da cidade. “Derrubada do busto de Costa e Silva divide PDT”<sup>26</sup>, diz a chamada do dia 26 de dezembro de 2014, em que o PT aparece como partido em consenso sobre o apoio a Maneco, enquanto o partido do vice-prefeito, o PDT, estaria dividido. Gênis Muxfeldt, ex-vice-prefeito da cidade, salienta que a derrubada “foi um gesto unilateral, ditatorial e antidemocrático de alguém que, em nome da democracia, julgou que o poder lhe dá o direito de mudar a história”<sup>22</sup>.

Além de continuar a controvérsia, o jornal divulga nota sobre a Casa Costa e Silva, sugerindo que fechar suas portas poderia ser o próximo passo da Prefeitura. Novamente - existem

---

<sup>22</sup>MISTURA fina: derrubada do busto de Costa e Silva divide PDT. *O Fato Novo*, Taquari, 26/12/2014. Disponível em: <[http://www.ofatonovo.com.br/noticias\\_detalhe.php?id=14606](http://www.ofatonovo.com.br/noticias_detalhe.php?id=14606)>. Acesso em: 28 out. 2016.

<sup>23</sup>POR ordem do prefeito, monumento do ex-presidente Costa e Silva é derrubado e retirado da Lagoa. *O Fato Novo*, Taquari, 19/12/2014. Disponível em: <[http://www.ofatonovo.com.br/noticias\\_detalhe.php?id=14595](http://www.ofatonovo.com.br/noticias_detalhe.php?id=14595)>. Acesso em: 28 out. 2016.

<sup>24</sup>\_\_\_\_\_. *O Fato Novo*, Taquari, 19/12/2014. Disponível em: <[http://www.ofatonovo.com.br/noticias\\_detalhe.php?id=14595](http://www.ofatonovo.com.br/noticias_detalhe.php?id=14595)>. Acesso em: 28 out. 2016.

<sup>25</sup>\_\_\_\_\_. *O Fato Novo*, Taquari, 19/12/2014. Disponível em: <[http://www.ofatonovo.com.br/noticias\\_detalhe.php?id=14595](http://www.ofatonovo.com.br/noticias_detalhe.php?id=14595)>. Acesso em: 28 out. 2016.

<sup>26</sup>MISTURA fina: derrubada do busto de Costa e Silva divide PDT. *O Fato Novo*, Taquari, 26/12/2014. Disponível em: <[http://www.ofatonovo.com.br/noticias\\_detalhe.php?id=14606](http://www.ofatonovo.com.br/noticias_detalhe.php?id=14606)>. Acesso em: 28 out. 2016.



outros registros de negativa de entrevista do Poder Executivo nas matérias do dia 26/09<sup>27</sup> e 26/12<sup>28</sup> –, a Prefeitura parece ter negado se manifestar. Nesse sentido, pode-se ver indícios e talvez sugerir uma relação conturbada entre o periódico e os representantes do Executivo.

Adiante, o Poder Executivo se manifesta após prazo legal fixado pela juíza Andrea Caselgrande Silla. Segundo a Assessoria de Imprensa, a Lei Orgânica Municipal autoriza o prefeito a intervir na troca de lugar de monumentos. Também, a ação aparece justificada pelo relatório da Comissão Nacional da Verdade. A Administração Pública arrola outros casos decorrentes de posições pós-relatório da Comissão em processo no país. E cita a troca de nome da Ponte Rio-Niterói, oficialmente nominada Arthur da Costa e Silva, para respaldar o ato ordenado por Maneco.

No dia 09 de janeiro de 2015, reproduziu-se publicação do jornalista Carlos Chagas, que ocupou o cargo de assessor de imprensa do governo Costa e Silva. Chagas associava o ex-presidente com Getúlio Vargas, apontando o autoritarismo de seus governos, a prática de tortura não desconhecida por ambos, a perseguição aos comunistas. Entretanto, sugeria ser possível ver o aprimoramento nacional em ambas as gestões. Costa e Silva é vinculado à Transamazônica, à ponte Rio-Niterói, ao financiamento de metrô no Rio de Janeiro e em São Paulo, à estabilidade econômica. O autor ainda alegava que Costa e Silva cogitava revogar o AI-5 quando foi acometido por um derrame cerebral e se viu incapaz de por em prática um projeto de constitucionalizar o país<sup>29</sup>.

No mesmo dia, nota dava conta de que entrava em pauta no Legislativo uma proposta para dar o nome de “Praça da Democracia” ao local em que se encontrava a estátua. O projeto acabara aprovado, conforme matéria de 23 de janeiro de 2015, em que o jornal questionava o papel do povo:

Na hora da eleição, o que mais se ouve dos candidatos a vereadores e a prefeito é que o povo será consultado, será ouvido, terá participação nas ações do futuro governo. Duas decisões ocorridas nos últimos meses, em Taquari, contrariam estes discursos. A primeira foi a do prefeito Maneco, que mandou derrubar o busto [...]. Passados alguns dias, o prefeito mandou um projeto dando nova denominação ao local onde estava o busto, que passou a se chamar Praça da

---

<sup>27</sup> VEJA os monumentos da Lagoa da Armênia e Praça da Bandeira. *O Fato Novo*, Taquari, 26/09/2014. Disponível em: <[http://www.ofatonovo.com.br/noticias\\_detalhe.php?id=13934](http://www.ofatonovo.com.br/noticias_detalhe.php?id=13934)>. Acesso em: 28 out. 2016.

<sup>28</sup> PREFEITURA apresenta justificativa a derrubada do busto de Costa e Silva ao judiciário. *O Fato Novo*, Taquari, 26/12/2014. Disponível em: <[http://www.ofatonovo.com.br/noticias\\_detalhe.php?id=14632](http://www.ofatonovo.com.br/noticias_detalhe.php?id=14632)>. Acesso em: 28 out. 2016.

<sup>29</sup>JORNALISTA Carlos Chagas escreve coluna sobre derrubada do busto costa e Silva. *O Fato Novo*, Taquari, 09/01/2015. Disponível em: <[http://www.ofatonovo.com.br/noticias\\_detalhe.php?id=14683](http://www.ofatonovo.com.br/noticias_detalhe.php?id=14683)>. Acesso em: 28 out. 2016.



Democracia. [...] não houve tempo para os vereadores consultarem a população<sup>30</sup>.

No final do ano de 2015, fica-se sabendo do desfecho das quizilas judiciais. A Promotoria Pública e o Município selam um acordo. Para o promotor Francisco Saldanha Lauenstein, “às vezes, os fatos históricos nos trazem não tão boas memórias, mas devem ser preservados para que eventuais erros não se repitam”<sup>31</sup>. A intenção inicial é de que a Casa Costa e Silva passe por uma grande restauração. O busto, restaurado, deve ficar dentro do museu, em um pedestal.

No entanto, em matéria de 18 de dezembro de 2015, foram denunciadas as constantes infiltrações, especialmente em dias de chuva, na Casa Costa e Silva<sup>32</sup>. Essa notícia não deixa escapar apenas que a restauração ainda não foi feita, mas põe em xeque o acordo feito com o Poder Executivo, notadamente quando a representante da Secretaria da Cultura afirmava que existia uma crise (econômica), embora se saiba da importância de preservar a história. Essa declaração evidencia demora ou empecilhos em viabilizar o concordado. Com a descrição desse impasse, encerra-se o panorama sobre os textos do jornal. Cabe, na sequência, verificar quais foram as representações de Costa e Silva na imprensa e na historiografia nacional, apurando-se, como foi lembrado *post mortem*, inclusive quando da construção de um lugar de memória em sua homenagem, em Taquari.

### Costa e Silva para a “Nação”

A historiografia costuma associar o nome de Costa e Silva ao “endurecimento” dos militares no poder, que aumentam seu controle sobre o governo e sobre os cidadãos<sup>33</sup>. O Ato Institucional nº 5 (AI-5), instrumento pelo qual a censura iniciou seu período áureo, é marca de sua gestão. Uma sucessão de atos e decretos aumentou o poder autoritário e a perseguição aos opositores, permeada por prisões arbitrárias e torturas. A edição do AI-5 marcou o início dos “anos de chumbo (1968-1973) [... período] marcado pelo embate entre os grupos de esquerda que optaram pela luta armada e os mecanismos criados pelo Estado para combater esta forma de luta e tudo aquilo que fosse considerado subversão”<sup>34</sup>.

---

<sup>30</sup>LOCAL onde estava o busto de Costa e Silva se chamará Praça da Democracia. *O Fato Novo*, Taquari, 09/01/2015. Disponível em: <[http://www.ofatonovo.com.br/noticias\\_detalhe.php?id=14705](http://www.ofatonovo.com.br/noticias_detalhe.php?id=14705)>. Acesso em: 28 out. 2016.

<sup>31</sup>PROMOTORIA e município fazem acordo no processo de retirada de busto de Costa e Silva. *O Fato Novo*, Taquari, 11/12/2015. Disponível em: <[http://www.ofatonovo.com.br/noticias\\_detalhe.php?id=16900](http://www.ofatonovo.com.br/noticias_detalhe.php?id=16900)>. Acesso em: 28 out. 2016.

<sup>32</sup>INFILTRAÇÕES no Museu Costa e Silva dificultam a preservação do acervo histórico. *O Fato Novo*, Taquari, 18/12/2015. Disponível em: <<http://ofatonovo.com.br/novo/2015/12/18/infiltracoes-no-museu-costa-e-silva-dificultam-a-preservacao-do-acervo-historico/>>. Acesso em: 28 out. 2016.

<sup>33</sup>SKIDMORE, Thomas. **Brasil**: de Castelo a Tancredo. 1964-1985. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

<sup>34</sup>RODEGHERO, Carla Simone. Regime militar e oposição. In: GOLIN, Tau; BOERIA, Nelson (Org). **República**: da revolução de 1930 à Ditadura Militar (1930-1985). Coleção História Geral do Rio Grande do Sul. Volume 4. Passo Fundo: Méritos, 2007.



Todavia, existe uma memória nacional aferrada ao crescimento econômico do país nesses anos, “um surto de crescimento que, no seu apogeu, superou qualquer período anterior”<sup>35</sup>. Mesmo que esse “milagre econômico” tenha escondido perversa concentração de renda, as classes médias foram seduzidas pelo poder de consumo. Esse clima de euforia fez com que um período de extrema repressão fosse pouco criticado<sup>36</sup>.

Biografias sobre Costa e Silva foram lançadas buscando dissociar sua figura do autoritarismo extremo, mostrando que teria lutado para cumprir a “promessa dos revolucionários antes da posse e gozo do poder: a restauração da democracia”<sup>37</sup>, projeto fadado ao fracasso depois de severos problemas circulatórios (trombose), a partir de 28 de agosto de 1969, que resultam em derrame cerebral, do qual não se recupera, falecendo em 17 de dezembro de 1969. Alguns testemunhos orais e a redação de uma Constituição corroboram essa versão. Segundo relatos, o presidente somente acatou o AI-5, porque “não poderia ir contra o Exército”<sup>38</sup>.

Quando Taquari se preparava para o cerimonial de inauguração da estátua, considerados os jornais digitalizados pela Biblioteca Nacional, o evento foi noticiado sem grande destaque pelo *Jornal do Brasil*, em 30/09/1976, sob o título “Costa e Silva ganha busto no Sul”<sup>39</sup>, nota de pouco tamanho no canto direito da página anunciando a solenidade para o dia 03/10, dia de nascimento de Costa e Silva. No texto, encontramos as medidas do monumento (1,10 metros de busto com pedestal de granito preto polido de 2,60 metros); a informação sobre a arrecadação de fundos para a obra em campanha capitaneada pelo jornal *O Taquaryense* (totalizando Cr\$ 20.000 dos Cr\$ 250.000 investidos pela Prefeitura); e a autoria (do escultor Júlio Saenz Cánovas) de um antigo amigo da família de Costa e Silva.

O *Diário do Paraná*, em 01/10/1976, registrou o forte temporal que deixou mil pessoas sem teto, danificando 600 residências, causando ferimentos em 140 pessoas de Taquari. O vendaval atingiu a cidade em 30/10, sendo que, “em consequência, foi adiada a homenagem que seria prestada, no próximo domingo, ao ex-presidente”<sup>40-41</sup>. Segundo o prefeito Nildo Flores da Silva, a comemoração havia sido transferida. Mas, em um primeiro momento, não havia nova data

---

<sup>35</sup>SCHWARCZ, Lília Mortiz; STARLING, Heloísa Murgel. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015, p. 452.

<sup>36</sup>\_\_\_\_\_. **Brasil: uma biografia**, 2015, p. 451-454.

<sup>37</sup>CARNEIRO, Maria Cecília Ribas; SILVA, Hélio. **Costa e Silva: 23º presidente do Brasil, 1967-1969**. São Paulo: Três, 1983, p. 20.

<sup>38</sup>\_\_\_\_\_. **Costa e Silva: 23º presidente do Brasil, 1967-1969**. São Paulo: Três, 1983, p. 73.

<sup>39</sup>COSTA e Silva ganha busto no Sul. *Jornal do Brasil*, 23/10/1976, 1º Caderno, p. 6.

<sup>40</sup>O *Diário de Pernambuco*, em 01/10/1976, p. A-9, registra o mesmo vendaval sob o título “Temporal fere 130 pessoas”, informando, também, a mudança *sine die* da homenagem a Costa e Silva.

<sup>41</sup>TEMPORAL deixa mil pessoas sem teto. *Diário do Paraná*, 01/10/1976, p. 1.



marcada. Poucos dias depois, em 23/10/1976, nota dá conta do dia exato. Fica marcado para o dia 24/10/1976, quando Taquari deveria prestar homenagem a “seu mais ilustre filho”<sup>42</sup>.

A última notícia localizada, publicada no dia seguinte ao ato solene, descreve o que aconteceu na inauguração. O discurso coube ao Comandante da 3ª Região Militar, General Antônio Carlos de Andrade Serpa, que “criticou os que condenam a existência do AI-5 e do Decreto 477”<sup>43</sup>. Essa posição dá indícios de que a homenagem prestada já gerava controvérsias, embora não saibamos se a crítica é dirigida aos taquarienses ou, incluídos esses, para os “opositores” no país. Seguem as palavras de Serpa:

O que seria desse país sem essas medidas? [...] As mais adiantadas democracias do mundo, principalmente aquelas que conseguiram subsistir, só o foram e serão possíveis, porque está escrito em suas Constituições algo semelhante ao AI-5 e ao Decreto 477. [...] Todos nós temos um grande compromisso [...]. O compromisso de continuar a Revolução de 1964, porque só ela conseguiu dar ao nosso povo a paz e a tranquilidade<sup>44</sup>.

Conforme a mesma publicação, teriam estado presentes cerca de 3.000 pessoas, incluindo representantes do governo do estado do Rio Grande do Sul. Além de Serpa, discursou um representante da ARENA gaúcha, Sr. Lauro Pereira Guimarães, e a irmã do ex-presidente, a professora Sofia da Costa e Silva.

Da imprensa local e da bibliografia regional se pode recolher excertos nos quais é possível notar em que contexto e por quais mãos se tornou viável a deferência a Costa e Silva, em 1976, e quais as repercussões, especialmente em Taquari, desde então.

### **Costa e Silva para os taquarienses**

No livro *Taquari, terra da gente*, publicado em 2002, Augusto Becker traz um capítulo sobre Costa e Silva. Trata-se de uma nota biográfica, cerca de uma página, em que aparece como “um dos chefes do movimento de março/abril de 1964, que, depôs o presidente João Goulart”<sup>45</sup>. Entre as ações do governo, são citadas o combate à inflação, a retomada do crescimento econômico, a reforma universitária e, “como um desdobramento do movimento de março de 1964”<sup>46</sup>, o Ato Institucional nº 5.

Breves linhas dão conta de que “durante o governo do prefeito Léo Alvim Faller/Nildo Flores da Silva, foi inaugurada uma estátua em homenagem ao *filho mais ilustre de Taquari* (grifo

<sup>42</sup>INFORME JB. Homenagem. *Jornal do Brasil*, 23/10/1976, 1º Caderno, p. 6.

<sup>43</sup>GENERAL inaugura busto de Costa e Silva em Taquari. *Jornal do Brasil*, 25/10/1976, p.3.

<sup>44</sup>GENERAL inaugura busto de Costa e Silva. *Jornal do Brasil*, 25/10/1976, p.3.

<sup>45</sup>BECKER, Augusto. **Taquari**: terra da gente. Taquari: Edição do Autor, 2002.

<sup>46</sup>\_\_\_\_\_. **Taquari**: terra da gente. Taquari: Edição do Autor, p. 39.



nosso)''<sup>47</sup>. Ao longo do livro, o nome do ex-presidente aparece esporadicamente, sempre vinculado ao progresso econômico da cidade. Em 1969, como incentivador da fundação da Cooperativa Certaja e, em 1970, da Sociedade Anônima Taquariense Indústria de Papel – Satipel, fomentada por Costa e Silva, mas inaugurada depois de sua morte<sup>48</sup>.

Para ilustrar a relevância do presidente para a população local, mesmo que se refira à atuação como dirigente nacional em vários momentos, é interessante recortar um trecho do Decreto 172, de 17 de dezembro de 1969, quando o prefeito João Carlos Voges Cunha informa luto oficial por oito dias, em Taquari, em decorrência do óbito de Costa e Silva:

Considerando a irreparável perda que sofre a Nação Brasileira, o Estado do Rio Grande do Sul e principalmente o município de Taquari, com o falecimento de seu eminente filho MARECHAL ARTHUR DA COSTA E SILVA que por dois anos, cinco meses e quinze dias dirigiu os destinos da Nação; considerando que foi um dos líderes da Revolução de março de 1964, que implantou a recuperação moral e cristã em nossa Pátria; considerando que o Ilustre Brasileiro, filho deste município, lega aos seus patrícios exemplos dignificantes de honradez, moralidade, patriotismo, virtudes cívicas e de administrador de larga visão, [...] considerando sobretudo os grandes benefícios prestados ao nosso Município [...]. É decretado luto oficial por oito dias, em todo o município, a partir desta data<sup>49</sup>.

Conforme matéria de 19 de dezembro de 2014, veiculada pelo jornal *O Fato Novo*, estão atrelados ao nome do presidente, também, a pavimentação asfáltica da Rodovia Aleixo Rocha da Silva, principal acesso ao município, o lançamento do loteamento IPE, a construção do Pavilhão da Laranja (que tem o seu nome) e os trâmites para a instalação do Banco do Brasil.

Um dado interessante que mostra a aura de respeitabilidade que o envolve é, talvez, a denominação do grupo de escoteiros “Presidente Costa e Silva”, que recebe concessão de direito real de uso de uma área de terras de 11.791,60 metros quadrados, enquanto existir oficialmente, pela Lei 994, de oito de novembro de 1978, assinada pelo prefeito Celso Luiz Martins. Esse grupo estava comemorando 45 anos de fundação em 2015<sup>50</sup>, o que deixa entrever que, a despeito da ação isolada do prefeito Maneco, caso a intenção fosse a remoção completa das representações do ex-presidente, uma estratégia bem mais consistente precisaria ser tomada. Mesmo assim, considerada a possibilidade de eliminar todas as referências materiais, ainda haveria a mentalidade dos locais,

<sup>47</sup> \_\_\_\_\_ . **Taquari**: terra da gente. Taquari: Edição do Autor, p. 40.

<sup>48</sup> \_\_\_\_\_ . **Taquari**: terra da gente. Taquari: Edição do Autor, p. 112-117.

<sup>49</sup>GOERCK, Balduino. **Taquari**: após o retorno à vida democrática no Brasil em 1947. Legislação: 1ª lei – 1º decreto – fatos pitorescos, curiosos e relevantes. Lajeado: Foortgraf, 2009.

<sup>50</sup>GRUPO escoteiro Costa e Silva comemora 45 anos de fundação. *O Fato Novo*, Taquari, 05/06/2015. Disponível em <[http://www.ofatonovo.com.br/noticias\\_detalhe.php?id=15575](http://www.ofatonovo.com.br/noticias_detalhe.php?id=15575)> Acesso em: 28/10/2016.



que poderia – como pode ter acontecido - reavivar suas lembranças (saudosistas) a partir de um movimento em oposição.

Na sede de *O Taquaryense*, ao lado da Praça da Matriz, foram acessadas as edições do ano de 1976. Fundado em 1887, por Albertino Saraiva, trata-se do segundo jornal mais antigo do Rio Grande do Sul ainda em atividade<sup>51</sup>. Monografia de Leonel Renato von Mühlen<sup>52</sup> examinou o teor das publicações desse periódico no período inicial da Ditadura Civil-Militar, entre 1964 e 1969. No trabalho, uma das hipóteses levantadas para as várias matérias em apoio à “revolução” foi a de que seriam, em parte, motivadas pela participação de Costa e Silva, então Ministro da Guerra, nas mudanças vislumbradas para o país, especialmente para Taquari, em diversas searas, naquele início de 1964.

A perspectiva criada pelas matérias do jornal, a de que o presidente nascido em Taquari pudesse trazer benefícios para os cidadãos taquarienses, contribuiria para despertar valores de prosperidade no imaginário de uma população “despolitizada” e “desinformada”<sup>53</sup>.

Os títulos já são ilustrativos, a exemplo do veiculado em 08 de outubro de 1966: “Hosanas a Taquari e ao seu Filho mais ilustre”<sup>54</sup>. Quando o presidente publicou o AI-5, o jornal “alega que a nova ordem política foi recebida com tranquilidade em todo o país, registrando-se numerosas manifestações de solidariedade ao ato governamental”<sup>55</sup>. Confirma a posição política, a campanha encabeçada para arrecadar fundos para a construção do busto. Na edição de 19 de junho de 1976, foi anunciada a abertura de uma conta para que as pessoas possam contribuir para a homenagem ao “inesquecível e benemérito filho desta terra”. Em 03 de julho, foram registradas seis contribuições, nomeados no jornal os doadores e as quantias. Em 07 de agosto, mais duas. Em 19 de setembro, quatro contribuições. Somente na edição de 30 de outubro saberemos do montante recolhido: Cr\$ 21.465,00.

Em 12 de junho de 1976, o jornal reproduziu um texto do *Diário de Notícias*, assinado por Vidal de Negreiros, em que este discorria sobre a homenagem ao “menino Arthur”, citado como “ídolo” do povo, como “herói” nacional. Foi reconhecida a contribuição espontânea da população,

---

<sup>51</sup>MÜHLEN, Leonel Renato von. **Poder e ideologia**: a imagem do regime militar no jornal O Taquaryense (1964-1969). Monografia do Curso de História. Lajeado: Univates, 2006.

<sup>52</sup>\_\_\_\_\_. **Poder e ideologia**: a imagem do regime militar no jornal O Taquaryense (1964-1969), 2006.

<sup>53</sup>MÜHLEN. **Poder e ideologia**: a imagem do regime militar no jornal O Taquaryense (1964-1969), p. 33.

<sup>54</sup>HOSANAS a Taquari e ao seu Filho mais Ilustre. **O Taquaryense**, Taquari, p. 1, 08 out. 1966.

<sup>55</sup>MÜHLEN, Leonel Renato von. **Poder e ideologia**: a imagem do regime militar no jornal O Taquaryense (1964-1969), 2006, p. 36.



que “deseja manter a sua memória bem viva, para que os seus feitos sejam comentados e lembrados por todos”<sup>56</sup>.

No dia 23 de outubro, no frontispício, aparecia o anúncio da inauguração. Nele somos informados de que o escultor havia falecido sem ver a obra sendo colocada em praça pública. Para o autor do texto, tratava-se de

[...] justíssima homenagem ao eminente brasileiro, que tanto dignificou a suprema magistratura da República e o Exército Nacional, foi uma iniciativa muito louvável do prefeito Nildo Flores da Silva, com o apoio de amigos e conterrâneos gratos pelos benefícios que o homenageado propiciou a sua terra natal<sup>57</sup>.

Como o jornal tem uma edição semanal, distribuída aos sábados, somente no número seguinte há um relato pormenorizado do evento. A matéria cita a presença de representações do Poder Executivo estadual e municipal, do Poder Legislativo local e do Exército, de uma irmã, de dois irmãos e de um tio de Costa e Silva. O ritual começa com o hasteamento da bandeira e o canto do hino nacional. O orador oficial é Lauro Pereira Guimarães, citado como ex-Procurador do Estado. De improviso, se pronuncia o general Antônio Carlos de Andrada Serpa, asseverando que estava se reconhecendo uma “vida de sacrifícios e de coragem, e durante a qual nunca houve espaço para omissões”<sup>58</sup>.

Serpa, comandante da 3ª Região Militar, faz referência ao AI-5, ato que defende ao alegar: “todos nós temos o grande compromisso de continuar a Revolução realizada em março de 1964, porque só ela conseguiu dar ao nosso povo paz e tranquilidade”<sup>59</sup>. Após as falas, se apresenta um coral e um “bailado”. Por fim, os convidados seletos seguem para um churrasco.

A única obra na qual foi encontrada ressalva sobre esse monumento, embora tímida, foi a de Balduino Goerck<sup>60</sup>, que faz uma compilação de leis e comentários sobre a cidade de Taquari. Ao reproduzir *ipsis litteris* a Lei 936, de 19 de abril de 1976, que autoriza a Poder Executivo a contratar os serviços de Júlio Saenz Cánovas para a feitura do busto de bronze, bem como a abertura de crédito especial no valor de Cr\$ 250.000, 00, o autor intitula o texto como “O busto com a figura do mal. Arthur da Costa e Silva – 1976”<sup>61</sup>. Temos aí algumas representações deste passado agora revisitado.

---

<sup>56</sup>NEGREIROS, Vidal de. Rio Grande em Marcha: homenagem ao menino Arthur de Taquari. *O Taquaryense*, Taquari, 12 jun. 1976, p. 1.

<sup>57</sup>INAUGURAÇÃO amanhã do monumento ao presidente Costa e Silva. *O Taquaryense*, Taquari, 23 out.1976, p. 1.

<sup>58</sup>TAQUARI reverenciou memória de Costa e Silva. *O Taquaryense*, Taquari, 30 out. 1976, p. 1.

<sup>59</sup>GENERAL inaugura busto de Costa e Silva em Taquari. *Jornal do Brasil*, 25/10/1976, p.3.

<sup>60</sup>GOERCK, Balduino. **Taquari**: após o retorno à vida democrática no Brasil em 1947. Legislação: 1ª lei – 1º decreto – fatos pitorescos, curiosos e relevantes. Lajeado: Foortgraf, 2009.

<sup>61</sup>\_\_\_\_\_. **Taquari**, p. 135.



Es imposible acceder al pasado en cuanto que pasado. Para aproximarnos a él, debemos representarlo, hacerlo presente a través de una reelaboración sintética y creativa. Por ello, el conocimiento del pasado y su uso en el presente se enmarcan siempre dentro de unas prácticas sociales de interpretación y reproducción de la historia. La conciencia histórica de cada individuo se teje, pues, en el seno de un sistema socio-comunicativo de interpretación, objetivación y uso público del pasado, es decir, en el seno de una *cultura histórica*.<sup>62</sup>

Nesse sentido, estudar “a negociação social sobre o passado leva a compreender os dilemas sociais do presente e revela quais são as problemáticas axiológicas e políticas presentes no espaço público. A história é a arena onde se debatem a identidade presente e futura da comunidade”<sup>63</sup>.

### Percepções “a salvo” (?) da tempestade

Considerando-se os estudos na área patrimonial, é possível inferir sobre a existência de *monumentos intencionais* e *monumentos históricos*. Destacando a percepção de Camargo, o busto de Costa e Silva deve ser elencado entre os primeiros:

Primeiramente é preciso estabelecer que existem *monumentos intencionais*. A raiz da palavra de origem latina nos remete a monumento ou lembrança. Se quisermos, os monumentos, na acepção comum do termo, são edificações ou construções que pretendem *perpetuar a memória* de um fato, de uma pessoa, de um povo. Estão nesta categoria os obeliscos egípcios, os arcos do triunfo romanos, as lápides tumulares, as estátuas de personagens, etc. Em suma, elementos *co-memorativos*. Eles foram concebidos com[o] monumentos. Este não é o caso do *monumento histórico*, conceito construído pelo patrimônio nacional<sup>64</sup>.

Como monumento intencional, faz parte de um conjunto de símbolos produzidos por indivíduos, na maioria das vezes, pelos investidos de poder<sup>65</sup>. Enaltecer (supostos) heróis nacionais foi proposta encabeçada não somente pelos políticos positivistas, mas pela historiografia tradicional, que por longo tempo privilegiou o estudo das elites econômica e política, das quais os monumentos de outrora são a representação mais constante:

Em geral, as políticas de preservação são conduzidas por intelectuais de perfil tradicional (historiadores, artistas, arquitetos, escritores, etc.) que se propõem a atuar no Estado em nome de interesse público, na defesa da cultura, identificada com os valores das camadas cultas<sup>66</sup>.

Esses objetos não somente os representam, mas são parte do constante devir, constante “fazer-se” para o qual, muitas vezes, funcionam como instrumento pedagógico no contexto em que foram produzidos e para as gerações futuras:

<sup>62</sup>SÁNCHEZ MARCOS, Fernando. **Cultura Histórica**. Texto digital, 2009, p. 01. Disponível em: <[www.culturahistorica.es/sanchez\\_marcos/cultura\\_historica.pdf](http://www.culturahistorica.es/sanchez_marcos/cultura_historica.pdf)>. Acesso em: 28 fev. 2017.

<sup>63</sup>\_\_\_\_\_. **Cultura Histórica**. p. 03.

<sup>64</sup>CAMARGO, Haroldo Leitão. **Patrimônio histórico e cultural**. São Paulo: Aleph, 2002.

<sup>65</sup>FONSECA, Maria Cecília Londres. O patrimônio: uma questão de valor. In: FONSECA, Maria Cecília Lopes. **O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2009.

<sup>66</sup>\_\_\_\_\_. **O Patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação**, p. 23.



[...] a dimensão simbólica constitutiva da ação humana pode ser verbalizada no discurso, cristalizada no mito, no rito, no dogma ou incorporado aos objetos, aos gestos, à postura corporal, e está sempre presente em qualquer prática social. [...] esses sistemas simbólicos fazem parte da cultura na medida em que são constantemente utilizados como instrumento de ordenação da conduta coletiva<sup>67</sup>.

Além da intencionalidade (co-memorativa) e da função pedagógica, há evidente evocação da memória afetiva da população nesse processo, pois a construção deliberada “não se trata de apresentar, de dar uma informação neutra, mas de tocar, pela emoção, uma memória viva”<sup>68</sup>.

Assim, nossa relação contemporânea com o tempo, marcada pelo regime de historicidade definido por François Hartog como presentista, supõe não apenas refletir sobre a escrita da história no seu sentido acadêmico, como produção do conhecimento, mas igualmente refletir sobre os usos do passado em nossa contemporaneidade. Implica, ainda, em formas peculiares de visibilidade para esse passado, entendendo-a como parte de uma estratégia social e política, se quisermos essa visibilidade como parte dos usos possíveis e necessários do passado. Refletir sobre o patrimônio, segundo entendo, como uma das formas possíveis de produção dessa visualização, impõe-nos uma reflexão em torno de uma forma específica das sociedades modernas e contemporâneas lidarem com a experiência do transcurso do tempo e seu resultado para o conjunto das realizações humanas<sup>69</sup>.

Considera-se Françoise Choay<sup>46</sup>, quando aponta sobre a possibilidade de controvérsias vindouras sobre os monumentos, quando, muitas vezes, surge o desejo de se apagar certo passado. A destruição é um dos recursos utilizados, podendo as ações ser motivadas por série de razões de ordem política, religiosa ou ideológica, atuando como categorias distintas ou mistas<sup>70</sup>. Interessante perceber na destruição negativa uma “prova *a contrario* [d]o papel desempenhado pelo monumento na preservação da identidade dos povos e dos grupos sociais”<sup>71</sup>, ou seja, há um claro “poder” (simbólico) naquilo que precisa ser apagado, demolido, escondido.

Ao caso de Taquari podem ser vinculadas causas políticas e ideológicas, posto estarem presentes concomitantemente justificações - explícitas e implícitas - acerca da transição de um regime ditatorial (a ser esquecido) para um regime democrático (a ser reforçado), enquanto a decisão esteve concentrada em mãos de representante político do Partido dos Trabalhadores, o prefeito Maneco, mesmo partido que está à frente do governo federal desde a criação da Comissão

---

<sup>67</sup>DURHAM, Eunice Ribeiro. **A dinâmica da cultura**: ensaios de antropologia. São Paulo: Cosac Naify, 2004. p. 259-262.

<sup>68</sup>FONSECA, Maria Cecília Lopes. **O Patrimônio em processo**: trajetória da política federal de preservação. 2009, p. 23.

<sup>69</sup> GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Vendo o passado: representação e escrita da história. **Anais do Museu Paulista**. São Paulo, v.15. n.2., p. 11-30, jul-dez. 2007, p.17.

<sup>70</sup>CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: UNESP, 2006.

<sup>71</sup>\_\_\_\_\_. **A alegoria do patrimônio**, p. 26.



Nacional da Verdade até seu relatório final.

Camargo, ao dizer que os “embates entre ideologias distintas podem produzir a necessidade de fazer desaparecer monumentos que simbolizam os opositores a que se quer combater”<sup>72</sup>, pontua que essas ações são percebidas em todos os tempos. A onda iconoclasta atingindo a França no período seguinte à Revolução Francesa, quando estava na ordem do dia destruir quaisquer referências ao período despótico anterior, costuma ser exemplo dessa intenção<sup>73</sup>. “Produz-se uma imagem para o passado a partir de uma percepção do desejável para o presente. Dentro desse contexto, qualquer patrimônio é entendido como uma escolha política e não como um dado natural, objetivo e incontestável”<sup>74</sup>.

O historiador D. Hermant dirá sobre a destruição dos monumentos representantes da Monarquia francesa que as ações são resultado de iniciativa popular e revolucionária, portanto legítimas<sup>75</sup>. A despeito de possível controvérsia sobre a interpretação de Hermant, pensando nesse sentido, há de se concluir que, em Taquari, a acusação dos inconformados com a saída do busto é justamente a unilateralidade do prefeito, que não consultou previamente o povo ou seus representantes, portanto perde o suporte da investida popular e democrática. Resta um paradoxo: o ato discricionário do prefeito, visto como autoritário e ditatorial, enquanto o discurso (de defesa) do Poder Executivo se alicerça na relevância do regime democrático.

A remoção do busto (com a ruína da estrutura que suportava o bronze) foi feita com a justificativa da recomendação constante no relatório da Comissão Nacional da Verdade, que “propõe a revogação de medidas que, durante o período militar, objetivaram homenagear autores de graves violações de direitos humanos”<sup>76</sup>. No Brasil, algumas modificações nesse sentido foram adotadas recentemente: escolas públicas e vias deixaram de ostentar o nome de presidentes da época da ditadura<sup>77</sup>, por exemplo. Um dos casos ocorreu na Bahia, onde o governo resolveu mudar

---

<sup>72</sup>CAMARGO, Haroldo Leitão. **Patrimônio histórico e cultural**. São Paulo: Aleph, 2002. p. 13.

<sup>73</sup>CHOAY. **A alegoria do patrimônio**, p. 95-116.

<sup>74</sup>CARVALHO, Aline V.; FUNARI, Pedro P. Memória e patrimônio: diversidade e identidades. **Revista Memória em Rede**, v. 2, p. 7-16, 2010, p.10.

<sup>75</sup>CHOAY. **A alegoria do patrimônio**, p. 110.

<sup>76</sup>DIAS, José Carlos; FILHO, José Paulo Cavalcanti; KEHL, Maria Rita; PINHEIRO, Paulo Sérgio. **Relatório da Comissão Nacional da Verdade**. Volume I. 2014. Disponível em: <<http://www.cnv.gov.br/images/pdf/relatorio/Capitulo%2018.pdf>>. Acesso em: 15/10/2016.

<sup>77</sup>Matérias foram acessadas em 28/10/2016 nos seguintes links: **Governador-assina-decreto-que-muda-nome-de-escolas-publicas**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/se/sergipe/noticia/2016/01/governador-assina-decreto-que-muda-nome-de-escolas-publicas.html>>. **Golpistas-de-1964-tem-seus-nomes-removidos-de-ruas-e-edificios-publicos**. Disponível em: <<http://brasileiros.com.br/2016/06/golpistas-de-1964tem-seus-nomesremovidos-de-ruas-e-edificios-publicos>>. **Governo muda oficialmente nome de colégio de Medici para Marighella**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/bahia/noticia/2014/02/governo-muda-oficialmente-nome-de-colegio-de-medici-para-marighella.html>>.



o nome do Colégio Estadual presidente Emílio Garrastazu Médici, em 2014, para Colégio Estadual Carlos Marighela. A decisão<sup>78</sup> foi feita após pedido conjunto de pais, alunos e professores. A escolha do novo nome – não se entrará no debate político ideológico transparente nessa opção – se deu por votação, respaldando-se a mudança em um (aparente) processo democrático.

No caso de Taquari, é importante fazer ressalvas às (poucas) colocações de moradores, entre outros personagens, trazidos a lume no decorrer do imbróglio. Antes, é necessário fazê-las à imprensa, aos textos dos periódicos. *Mutatis mutandis*, é pertinente o questionamento de Pierre Nora<sup>79</sup>: “Que vontade de memória [...esses textos] testemunham, a dos entrevistados ou a dos entrevistadores?<sup>80</sup>”. A perspectiva de parcialidade da imprensa (suas escolhas, seus silêncios) não pode ser olvidada enquanto advertência para quem a essa recorre enquanto fonte, o que é bem assinalado por Stephanou<sup>81</sup> quando diz que:

A imprensa informa e forma; privilegia, dispõe e relaciona as notícias, elegendo os acontecimentos que merecem destaque e os que serão condenados ao esquecimento. Não registrando simplesmente o fato, ela o cria, na medida em que seleciona o que é e o que não é notícia, seja por critérios jornalísticos ou por interesses econômicos e políticos<sup>82</sup>.

Mühlen, por sua vez, evoca a possibilidade de que os taquarienses não tivessem interesse ou conhecimento real do que acontecia no Brasil, dando a entender que o jornal *O Taquaryense* se aproveitava dessa quase tábula rasa para imprimir o que bem entendesse<sup>28</sup>. Essa conclusão parece um tanto radical, posto que coloca um lado como completamente passivo, pronto para que nele se tatuem quaisquer dados. Dessa forma, é interessante indicar uma alternativa para compreender a “absorção-absolvição” da figura de Costa e Silva entre os taquarienses. Para tanto, questiona-se: até que ponto não houve um processo coletivo de não reconhecimento de parte do passado recente, portanto um mecanismo seletivo, em que se deixa de incorporar à memória (e ao que se reproduz dela) aspectos negativos à biografia de figura representativa para a comunidade? Nesse caminho, se pode ler que

[...] a dessolidarização em um nível extremo poderá levar ao esquecimento total e absoluto de determinado período do passado. Não necessariamente será esquecido o passado mais longínquo. O objeto do esquecimento poderá ser um período recente do passado, sobre o qual o esquecimento se aplicou

<sup>78</sup>INGRID, Maria Machado. **Governo muda oficialmente nome de colegio de Medici para Marighella.**

Disponível em: <<http://g1.globo.com/bahia/noticia/2014/02/governo-muda-oficialmente-nome-de-colegio-de-medici-para-marighella.html>>. Acesso em: 28 out. 2016.

<sup>79</sup>NORA, Pierre. **Entre memória e história: a problemática dos lugares.** Tradução de Yara Aun Khoury. Projeto História, nº 10, p. 7-28, São Paulo, 1993.

<sup>80</sup>\_\_\_\_\_. **Entre memória e história:** p. 16.

<sup>81</sup>STEPHANOU, Alexandre Ayub. **Censura no regime militar e militarização das artes.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 2001.

<sup>82</sup>STEPHANOU. **Censura no regime militar,** p. 45.



lacunarmente. [...] esse passado deixa de pertencer, em todos seus matizes, à ordem do vivido e do concebido<sup>83</sup>.

Além de considerar essa espécie de esquecimento voluntário, não se pode deixar à margem a dificuldade do reconhecimento do elemento negativo para sociedades que se entendem de forma maniqueísta. Assumir a complexidade do ser humano demanda aceitar o “lado obscuro” em si, algo difícil, de forma geral, e ainda mais para uma pequena comunidade no interior gaúcho. Afinal: como pode servir, em termos pedagógicos, a estátua de um ditador para o aprendizado dos conceitos de democracia e liberdade? Talvez possamos entender nessa proposta a relação passado-presente e as projeções de futuro.

A memória torna o passado significativo, o mantém vivo e o torna uma parte essencial da orientação cultural da vida presente. Essa orientação inclui uma perspectiva futura e uma direção que molde todas as atividades e sofrimentos humanos. A história é uma forma elaborada de memória, ela vai além dos limites de uma vida individual. Ela trama as peças do passado rememorado em uma unidade temporal aberta para o futuro, oferecendo às pessoas uma interpretação da mudança temporal. Elas precisam dessa interpretação para ajustar os movimentos temporais de suas próprias vidas.<sup>84</sup>

De acordo com Rüsen, “a especificidade da consciência histórica repousa no fato de que a perspectiva temporal — na qual o passado está relacionado com o presente e através do presente com o futuro — é desenhada de modo mais elaborado e complexo”<sup>85</sup>. Para o autor, para lidar com o passado em nome do futuro torna-se necessário discutir história e memória:

De modo resumido, pode-se dizer que a memória *apresenta* o passado como uma força móvel do espírito humano guiado pelos princípios do uso prático, enquanto a consciência histórica *representa* o passado em um inter-relacionamento mais explícito com o presente, guiado por conceitos de mudança temporal e por reivindicações de verdade; ele reforça a especificidade temporal do passado como uma condição para sua relevância no presente. A memória é um relacionamento imediato entre passado e presente, enquanto que a consciência histórica é mediada. A memória está mais relacionada ao domínio da imaginação, a consciência histórica mais próxima da cognição. A memória está cravada no presente, a consciência histórica abre essa relação ao futuro.<sup>86</sup>

---

<sup>83</sup>CENTURIÃO, Luiz Ricardo Michaelen. **Identidade, indivíduo & grupos sociais**. Curitiba: Juruá, 2002. p. 61.

<sup>84</sup>RÜSEN, Jörn. Como dar sentido ao passado: questões relevantes de meta-história. Traduzido por Valdeci Araujo e Pedro S. Caldas. **História da historiografia**, número 02, março 2009, p.164.

<sup>85</sup>RÜSEN. Como dar sentido ao passado. **História da historiografia**, p.168.

<sup>86</sup>\_\_\_\_\_. Como dar sentido ao passado: **História da historiografia**, p.166.



Como todas as outras culturas, a cultura histórica é multidimensional, apresentando expressões morais, pedagógicas, políticas e retóricas. Rüsen salienta a importância de se considerar as dimensões política (legitimação de certa ordem e relações de poder), estética (discursos e envolvimento dos sentidos humanos) e cognitiva (eventos passados significativos para o presente e seu futuro)<sup>87</sup>. Aborda-se, portanto, os procedimentos de memória que acabam gerando novos sentidos.

### VENTO OU CALMARIA?

Considerações feitas sobre a origem dos monumentos como representação de um poder constituído em vigência ou em função do seu reconhecimento póstumo; sobre os recortes feitos pela imprensa; e sobre eventual “esquecimento seletivo” da população local, resta refletir sobre o ato em si, a partir do que seguem as considerações finais, nas quais se busca escapar do “vendaval” no qual se transformou o debate.

Voltando algumas linhas acima, é interessante retomar a colocação do juiz Francisco Saldanha Lauenstein, que acredita que “às vezes, os fatos históricos nos trazem não tão boas memórias, mas devem ser preservados para que eventuais erros não se repitam”<sup>88</sup>. Para Choay:

Romper com o passado não significa abolir sua memória nem destruir seus monumentos, mas conservar tanto uma quanto outros, num movimento dialético que, de forma simultânea, assume e ultrapassa seu sentido histórico original, integrando-o num novo estrato semântico<sup>89</sup>.

Conforme Kersaint, por meio de monumentos ou lugares célebres, “mostrando-nos que nem sempre fomos livres, [revela-se], aos nossos olhos, o preço da liberdade”<sup>90</sup>. Acredita-se, portanto, que a retirada do monumento poderia ter sido dispensada sem prejudicar a intenção de, a partir da representação de Costa e Silva, apresentar um panorama histórico complexo, do qual resultaram determinados reconhecimentos (lugares de memória), questionáveis por alguns grupos ou indivíduos desde a sua construção, proposta analítica a ser desenvolvida em áreas da educação (educação patrimonial). Assim, “a evocação do passado é uma condição necessária para fornecer à vida humana um quadro cultural de orientação que abra uma perspectiva futura enraizada na experiência desse mesmo passado”<sup>91</sup>. Ao estar diante de experiências traumáticas, apresenta-se o desafio de enfrentá-las.

---

<sup>87</sup> \_\_\_\_\_. Como dar sentido ao passado: **História da historiografia**, p.172-173.

<sup>88</sup>PROMOTÓRIA e município fazem acordo no processo de retirada de busto de Costa e Silva. *O Fato Novo*, Taquari, 11/12/2015. Disponível em: <[http://www.ofatonovo.com.br/noticias\\_detalle.php?id=16900](http://www.ofatonovo.com.br/noticias_detalle.php?id=16900)>. Acesso em: 28 out. 2016.

<sup>89</sup>CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. p. 113.

<sup>90</sup> \_\_\_\_\_. **A alegoria do patrimônio**. p. 113.

<sup>91</sup>RÜSEN. Como dar sentido ao passado: **História da historiografia**, p.185.



Ao invés de suavizar experiências traumáticas pela teleologia, a história deve apresentar o fluxo do tempo como sendo obstruído na relação temporal entre o passado dos eventos traumáticos e a presença de sua comemoração. Descontinuidade, rompimento de conexões e destruição tornaram-se características de sentido na ideia geradora de sentido do curso do tempo.<sup>92</sup>

Essa possibilidade teria como meio o próprio monumento, ou seja, demandaria percebê-lo como um instrumento político-pedagógico de potencial questionador do que representa(va). Assim, terá funcionalidade “a contrário” de seu propósito primevo (naquilo em que se faz necessário), quando “uma política para o passado é, necessariamente, uma demanda da política do presente”.<sup>93</sup>

Ao olharmos, portanto, para um objeto do passado – sejam aqueles colocados em exposição para o olhar nos museus, sejam aqueles monumentalizados no espaço de nossas cidades – é a partir de uma outra gramática que o vemos, articulado como objeto histórico; como patrimônio histórico. Perdem o sentido para o qual foram criados e adquirem um novo, conferido pela qualidade de histórico, estabelecendo, por esse procedimento, uma relação entre o visível do tempo presente e o invisível do passado. [...] Submetido a uma nova sintaxe, o [busto] pode transformar-se, assim, em objeto de museu, vestígio de um passado controlado pelas exigências da lembrança que se quer ter no presente, e que se deseja projetar para o futuro. Curiosa transformação a que se desenrola no espaço da cidade, lugar onde a história se escreve com outros sinais e materiais, operando a partir do ato de lembrar-se. Ocupam-se os vazios com a lembrança possível de um passado que se quer superado, mas, também, com investimentos para um recordar-se num futuro<sup>94</sup>.

Mas pode a transformação ocorrer sem vendavais, em relativa calma? Essa dúvida direciona para várias outras inferências. Sobre como se processam as revoluções na história, das quais a violência não se separou. Da própria incapacidade humana de controlar as intempéries, que, no presente caso, diriam daquilo que o humano não consegue prever. Sobre o potencial real da educação e sobre a inserção da educação patrimonial para além de superficiais visitas (turísticas) aos espaços de memória. Talvez estejam nesses movimentos/vendavais as projeções de futuro.

---

<sup>92</sup> \_\_\_\_\_. Como dar sentido ao passado: **História da historiografia**, p.200.

<sup>93</sup> GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. Vendo o passado: representação e escrita da história. **Anais do Museu Paulista**. São Paulo, v.15. n.2., p. 11-30, jul-dez. 2007, p.16.

<sup>94</sup> \_\_\_\_\_. Vendo o passado: **Anais do Museu Paulista**, p.15-16.